

REGIME DE  
URGÊNCIA

Em 27/11/07  
*Costa*  
Assessoria do Plenário

**MENSAGEM**

Nº 308 /2007-GAG

Brasília, 22 de novembro de 2007.

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida à CAS e OCJ.

Em, 28/11/07.

Senhor Presidente,

*Prepar Pinheiro Lima*  
Chefe da Assessoria do Plenário

Tenho a honra de encaminhar a essa insigne Câmara Legislativa o anexo Projeto de Lei, que “*Dispõe sobre a Política de Assistência Social do Distrito Federal, institui o Sistema Único de Assistência Social no Distrito Federal, e dá outras providências*”.

Trata-se de matéria da maior relevância, tendo em vista o profundo processo de reordenamento das ações socioassistenciais ocorrido nos últimos anos em todo o País, que culminou com a implantação do Sistema Único de Assistência Social, em 2005.

A partir da Constituição Brasileira de 1988, a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, passa ao patamar de política pública de seguridade social, não contributiva, que provê os mínimos sociais.

PROTOCOLO LEGISLATIVO  
PL Nº 614 / 07  
Fis. N.º 01 R 17A

À Sua Excelência o Senhor  
**Deputado ALÍRIO NETO**  
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
N E S T A

ASSESSORIA DE PLENÁRIO  
Recebido em 28/11/07  
*[Assinatura]*  
23.243-2  
Assinatura Matrícula

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, dispõe sobre a organização da Assistência Social, definindo princípios e diretrizes, organização e gestão, ações sócioassistenciais, competências dos entes federados, entre outros aspectos.

Referida Lei, em seu artigo 6º estabelece que as ações da área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo – o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além disso, artigo 8º dessa Lei estabelece que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal deverão fixar suas respectivas Políticas de Assistência.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social, propondo uma gestão da assistência social pautada no pacto federativo, com detalhamento das competências e responsabilidades dos três níveis de governo na provisão das ações sócioassistenciais para garantia de proteção social, conforme preconiza a LOAS.

Com a Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, foi aprovada a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A NOB/SUAS dispõe sobre a operacionalização do Sistema, disciplinando a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico, pelos entes federativos.

Nessa perspectiva, a atual gestão do Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho (SEDEST) vem adotando as medidas técnicas e administrativas necessárias à sua adequação aos princípios e diretrizes do SUAS, a partir de sua recente adesão ao Sistema.

Ressalta-se que em maio deste ano foi elaborado pela SEDEST, aprovado pelo Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF) e enviado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Pacto de Aprimoramento da Gestão da Assistência Social no DF, que constitui a celebração de compromissos entre o Distrito Federal, por meio da SEDEST, com o gestor federal MDS, visando à adequação de seus

02

órgãos executivos ao pleno exercício da gestão da assistência social no seu âmbito de competência.

O referido Pacto atende os dispositivos da Resolução nº 5, de 15 de setembro de 2006, da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que “Dispõe sobre o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e do Distrito Federal no contexto do Sistema Único de Assistência Social”, a qual foi editada em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que instituiu o SUAS e a concepção e os pressupostos que orientam as mudanças do modelo de organização e gestão da assistência social em todo o território nacional.

Dessa forma, bem como cumprindo os requisitos especificados na NOB/SUAS, o DF assume a gestão da assistência social, dentro de seu âmbito de competência, e expressa o compromisso do Governo local em assegurar um conjunto de ações voltadas para a sua adequação ao SUAS, no que diz respeito a competências, níveis, instâncias, instrumentos e formas de gestão e de financiamento das ações sócioassistenciais.

Importante também destacar que, em consonância com o ordenamento jurídico vigente, o Governo do Distrito Federal procedeu a uma reforma administrativa neste ano de 2007, por meio do Decreto nº 27.591 de 01 de janeiro de 2007. Destacam-se a extinção das Secretarias de Estado do Trabalho, de Ação Social e de Solidariedade e Agência de Desenvolvimento Social e a criação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho. Esta recente medida reuniu todas as atribuições da Política Pública de Assistência Social em um só órgão, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho (SEDEST), determinando a efetivação do comando único das ações de Assistência Social no Distrito Federal, o que atende uma das deliberações da VI Conferência de Assistência Social do DF realizada em 2005. Desse modo, a política social no DF é caracterizada pela junção, na SEDEST, das políticas do trabalho, de segurança alimentar e de assistência social.

Promove-se assim, a soma de esforços e à otimização dos recursos, no sentido da construção de um trabalho intersetorial que avance na superação da exclusão social, pela efetivação de políticas articuladas de atendimento às situações de vulnerabilidade social, de segurança alimentar e de geração de emprego e renda, por meio dos eixos da proteção social e do enfrentamento à pobreza.

*dx*

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 614 / 07
Fls. N.º 03 RITA

Em termos de equipamentos de assistência social no âmbito do Distrito Federal, já foram instalados, nas diversas Regiões Administrativas do DF, para atendimento aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, 16 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS - responsáveis pela oferta de proteção social básica aos usuários), 05 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS - responsáveis pela proteção social especial de média complexidade), e 07 Unidades de Alta Complexidade (UACs – responsáveis pela oferta de proteção social especial de alta complexidade - como abrigos, albergues, Casas de Passagem).

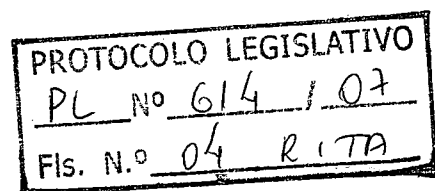
Assim sendo, pelas razões acima elencadas e dados os avanços já alcançados pelo Distrito Federal na implantação do SUAS, torna-se imprescindível normatizar a Política de Assistência Social e instituir formalmente o Sistema no âmbito do Distrito Federal.

Assinalo, portanto, a convicção quanto à necessidade da proposta legislativa que ora se submete à Alta Casa de Leis do Distrito Federal, nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal, com as razões que levam à submissão da iniciativa aos nobres Deputados, em regime de urgência.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e seus ilustres pares, meus protestos de estima e consideração.



**JOSÉ ROBERTO ARRUDA**  
Governador do Distrito Federal



**PROJETO DE LEI Nº**                      **PL 614 /2007**  
(Autor: Poder Executivo)

*Dispõe sobre a Política de Assistência Social do Distrito Federal, institui o Sistema Único de Assistência Social no Distrito Federal, e dá outras providências.*

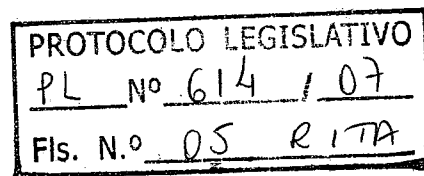
**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** decreta:

**Art. 1º** As ações de assistência social implementadas no âmbito do Distrito Federal ficam ordenadas conforme disposto nesta Lei, observados os diplomas legais vigentes sobre a matéria, em especial a Lei nº. 8.742 de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e a Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução CNAS nº 145 de 15 de outubro de 2004.

**Art. 2º** A assistência social, direito do cidadão e dever do estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

**Art. 3º** A Política de Assistência Social do Distrito Federal configura-se mecanismo estratégico de enfrentamento dos problemas resultantes das desigualdades sociais, da concentração de renda e do empobrecimento da população, para garantia dos direitos de cidadania e para inclusão e promoção sociais das famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco sociais no âmbito do Distrito Federal.

**Art. 4º** A Política de Assistência Social do Distrito Federal, em consonância com o que estabelece a LOAS, rege-se pelos seguintes princípios:



I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação sócio-assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a serviços e benefícios de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – Divulgação ampla dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio-assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

**Art. 5º** As diretrizes da Política de Assistência Social no Distrito Federal, com base na Constituição Federal de 1988 e na LOAS, são:

I - Descentralização político-administrativa e comando único das ações, respeitando-se as diferenças e características sócioterritoriais locais;

II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;

IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

**Art. 6º** São objetivos da assistência Social no Distrito Federal, conforme preconiza a LOAS:

I - Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitar;

II - Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;

III - Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

**Art. 7º** Os usuários da Política de Assistência Social do Distrito Federal, conforme preconiza a PNAS, são os cidadãos e grupos que se encontra em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico,

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 614 / 07
Fls. N.º 06 R 17A

cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

**Art. 8º** Os elementos essenciais e imprescindíveis à organização e gestão das ações socioassistenciais da Política de Assistência Social do Distrito Federal ficam organizados e regulados nesta Lei, conforme princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social e em observância às demais determinações legais vigentes, em especial o disposto na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005.

§1º O Sistema Único de Assistência Social - SUAS é um sistema público de gestão, não contributivo, com comando único, descentralizado e participativo, que organiza as ações da Política de Assistência Social no Distrito Federal, em consonância com a LOAS, com foco prioritário nas famílias, seus membros e indivíduos e tendo o território como base de organização para a oferta de serviços pautada na proximidade do cidadão e dos locais com maior vulnerabilidade e risco sociais.

§2º O SUAS pressupõe a oferta de ações socioassistenciais - serviços, programas, projetos e benefícios - qualificados, organizados em rede, com práticas fundamentadas na noção de atendimento sistêmico, no âmbito do Distrito Federal.

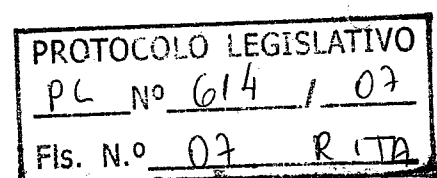
§3º A dinâmica de regulação do SUAS no Distrito Federal é socialmente orientada pela ação pública territorialmente adequada e democraticamente construída, com definição de competências específicas do Distrito Federal, pela valorização do impacto social das diversas políticas estruturais e pelo desenvolvimento sustentável.

**Art. 9º** O órgão gestor da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no Distrito Federal é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho – SEDEST.

**Art. 10** São eixos estruturantes e subsistemas da Política de Assistência Social e do SUAS no DF:

I – Matricialidade sociofamiliar;

II – Descentralização político-administrativa e territorialização;



- III – Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil, com implementação de ações que fortaleçam a participação da sociedade, com destaque para a formação de redes;
- IV – Financiamento;
- V – Controle Social;
- VI – A participação popular/cidadão usuário;
- VII – A Política de Recursos Humanos;
- VIII – A informação, o monitoramento e a avaliação.

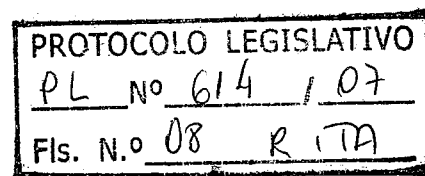
**Art. 11** A descentralização político-administrativa da assistência social pressupõe a organização, a execução e gestão das ações sócio-assistenciais e do SUAS no âmbito de cada ente federado, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos na PNAS.

*Parágrafo Único.* O Distrito Federal irá coordenar, formular, co-financiar, monitorar, avaliar, capacitar e sistematizar informações, conforme estabelecido nesta Lei e demais regulações específicas da área, promovendo a descentralização técnica-administrativa dos serviços sócio-assistenciais, assegurado o comando único pelo órgão gestor da Política de Assistência Social do DF.

**Art. 12** O financiamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, no âmbito do Distrito Federal, far-se-á com recursos próprios, da União e demais contribuições sociais previstas no artigo 195 da Constituição Federal de 1988, tendo por base a divisão de competências entre as esferas de governo, a complexidade e hierarquização das ações, a continuidade do financiamento e o repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS para o Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS/DF.

§ 1º O financiamento de que trata o *caput* deste artigo deve ter o protagonismo do Distrito Federal para as ações de proteção social básica e de proteção social especial de média e alta complexidade, bem como do aprimoramento da gestão da assistência social no âmbito do Distrito Federal, garantido o aporte de recursos para sistemas de informação, monitoramento e avaliação, capacitação, apoio técnico e demais ações pactuadas no âmbito da política de assistência social.

§ 2º Para manutenção do co-financiamento das ações socioassistenciais pela União, o Distrito Federal deverá manter sua adesão ao SUAS, cumprindo as exigências pactuadas em seu âmbito de competência.



§ 3º A transferência de recursos para co-financiamento federal das ações socioassistenciais será operada por meio de pisos de proteção social, adotados conforme níveis de complexidade das ações e compostos com a participação dos entes federados, de acordo com o que preconiza a PNAS e a NOB/SUAS.

§ 4º Os recursos do co-financiamento destinado aos serviços de erradicação do trabalho infantil não serão repassados em forma de pisos, seguindo regras específicas deliberadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

§ 5º O Distrito Federal poderá contar com co-financiamento de serviços de referência regional e consórcios públicos com o Estado de Goiás e municípios de seu entorno, para as ações de proteção social especial de alta complexidade, levando em conta as demandas específicas da região que inclui o Distrito Federal e entorno.

§ 6º O Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS/DF, criado pela Lei Complementar nº 09 de 19 de dezembro de 1995 e regulamentado pelo Decreto nº 18.366, de 26 de junho de 1997 é unidade orçamentária destinada a prover recursos e meios para financiamento das ações programáticas de assistência social previstas na LOAS, ao co-financiamento da política e ao aprimoramento da gestão, no âmbito do Distrito Federal, garantida a diretriz do comando único e da primazia da responsabilidade do poder público no Distrito Federal.

§ 7º O repasse dos recursos alocados no Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS/DF restringir-se-á aos serviços, programas, projetos, atividades e benefícios identificados dentro dos níveis de proteção social básica e especial, definidos na legislação federal e do Distrito Federal.

§ 8º Para o financiamento de serviços de natureza continuada pela rede socioassistencial complementar do Distrito Federal, será adotada a modalidade de convênio e o repasse regular e automático de recursos do FAS/DF.

§ 9º Para apoio financeiro a programas socioassistenciais de caráter eventual ou emergencial e não continuados no âmbito do Distrito Federal, será adotada a modalidade de subvenção social para repasse de recursos do FAS/DF.

§ 10 O financiamento dos benefícios socioassistenciais dar-se-á de forma direta aos seus destinatários.

§ 11 Os critérios de partilha dos recursos orçamentários e financeiros alocados no FAS/DF, no âmbito do DF, serão estabelecidos pelo órgão gestor da Política de Assistência Social e devem ser deliberados pelo Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – CAS/DF, considerados o porte da Região Administrativa, a complexidade e hierarquização dos serviços, as diversidades e especificidades regionais e locais e o cruzamento de

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PC Nº 614 / 07
Fls. N.º 09 R 17A

indicadores pautados em diagnósticos sócio territoriais locais e regionais.

§ 12 O Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – CAS/DF deve orientar, controlar e fiscalizar o gerenciamento do FAS/DF, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária que trata da destinação dos recursos, aos critérios de partilha, ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira.

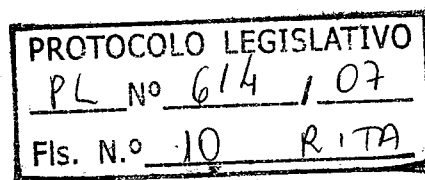
**Art. 13** O controle social da Política de Assistência Social do SUAS no Distrito Federal efetiva-se por intermédio do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – CAS/DF e das conferências distritais, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil organizada.

**Art. 14** A participação popular e dos usuários da assistência social no Distrito Federal efetiva-se por meio da participação no CAS/DF, do acesso à Ouvidoria-Geral do Distrito Federal e à Ouvidoria da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Trabalho, do acesso à divulgação de seus direitos, da participação em reuniões abertas e ampliadas do CAS/DF, em fóruns de discussão e em eventos temáticos.

**Art. 15** Deve ser adotada, no âmbito do Distrito Federal, política de recursos humanos pautada no reconhecimento da natureza e especificidade e na valorização do trabalhador da assistência social, com implantação de política de capacitação sistemática e continuada e de carreira específica para os servidores públicos da área, em conformidade com o que estabelece a PNAS e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 269 de 13 de dezembro de 2006.

**Art. 16** O Distrito Federal deve formular e implantar sistema de monitoramento, avaliação e informação em assistência social, objetivando o planejamento, a mensuração da eficiência e da eficácia da política, a transparência, a avaliação do sistema e a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos.

**Art. 17** No âmbito do Distrito Federal, o SUAS deve organizar e oferecer um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que concretizem as funções da Assistência Social, conforme preconiza a PNAS, quais sejam: a proteção social, a vigilância social e a defesa social e institucional.



**Art. 18** A proteção socioassistencial opera levando em consideração as situações de proteção às vulnerabilidades próprias ao ciclo de vida, proteção às fragilidades da convivência familiar, proteção à dignidade humana e combate às suas violações.

**Art. 19** A proteção social aprofundada no Distrito Federal é hierarquizada em proteção social básica e proteção social especial de média e de alta complexidade, devendo, de forma articulada e organizada em rede, garantir a segurança de sobrevivência; de acolhida; de renda; de convivência familiar, comunitária e social e a obtenção de autonomia.

**Art. 20** A Proteção Social Básica é a modalidade de atendimento socioassistencial que objetiva prevenir situações de risco e superar as condições de vulnerabilidade social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

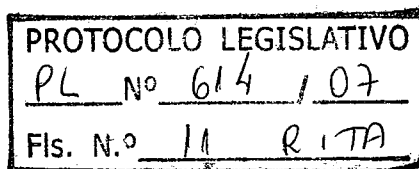
§ 1º As ações de Proteção Social Básica destinam-se às famílias, seus membros e indivíduos do DF, em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação pela ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, e/ou fragilização de vínculos afetivos, familiares, relacionais e de pertencimento social (discriminação etárias, étnicas, de gênero, por deficiências, entre outras).

§ 2º A Proteção Social Básica deve garantir atenção integral à família, seus membros e indivíduos mais vulneráveis, tendo como unidade de medida a família referenciada, em razão da metodologia de fortalecimento do convívio familiar, do desenvolvimento da qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vive.

§ 3º Considera-se família referenciada aquela que vive em áreas caracterizadas como de vulnerabilidade, definidas a partir de indicadores estabelecidos pelo órgão gestor da Política de Assistência Social do Distrito Federal, pactuados e deliberados nas instâncias competentes, devendo alcançar as famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC, de benefícios financeiros em forma de bolsa familiar, auxílios financeiros voltados às ações de erradicação do trabalho infantil, de bolsas para a juventude e outras situações de risco.

§ 4º A Proteção Social Básica no Distrito Federal será operada por intermédio de:

- a) Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, territorializados em áreas de maior vulnerabilidade social nas Regiões Administrativas do Distrito Federal;
- b) Rede de Serviços Socioeducativos direcionados a grupos geracionais, intergeracionais, grupos de interesse governamentais e não governamentais.
- c) Benefícios eventuais;



- d) Benefícios de prestação continuada;
- e) Serviços e projetos de capacitação e inserção produtiva.

§ 5º São serviços de Proteção Social Básica no Distrito Federal, aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, pelo protagonismo de seus membros e pela oferta de serviços locais que visem a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, e compreendem:

- a) Serviços e ações de Atenção Integral à Família, tendo como principal programa o PAIF (Programa de Atenção Integral à Família);
- b) Serviços de convivência e sociabilidade geracionais e intergeracionais para indivíduos, famílias e seus membros;
- c) Serviços de capacitação e inserção produtiva;
- d) Ações complementares de promoção da inclusão produtiva com prioridades para beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF, Benefício de Prestação Continuada – BPC e demais programas de transferência de renda.

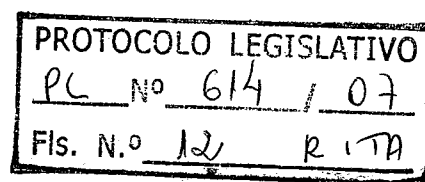
**Art. 21** A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento socioassistencial que tem por objetivos:

- I – proteger indivíduos e famílias com contingências pessoais, familiares e sociais, de modo que ampliem a sua capacidade para enfrentar com autonomia os revezes da vida pessoal e social;
- II – monitorar e reduzir a ocorrência de riscos pessoais e/ou sociais, seu agravamento ou sua reincidência;
- III – desenvolver ações para eliminação, redução das situações de risco e vulnerabilidades sociais;
- IV – afiançar acolhimento, albergamento, abrigamento e desenvolver atenção socioassistencial a famílias e indivíduos para possibilitar a reconstrução de vínculos sociais e conquistar maior grau de independência individual e social.

§ 1º As ações de Proteção Social Especial destinam-se a famílias e indivíduos em situação de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, violência sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, trabalho infantil e outras situações de violação de direitos.

§ 2º A Proteção Social Especial no Distrito Federal será operada por intermédio de:

- a) Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS;
- b) Unidades de Alta Complexidade - UAC's;



- c) Rede de serviços socioassistenciais integrada por diversas políticas públicas e pelo sistema de defesa e de garantia de direitos.

**Art. 22** Os serviços de Proteção Social Especial são providos em diferentes níveis de complexidade, hierarquizados de acordo com a violação de direitos existente e a especialização exigida para a ação, distinguindo-se em serviços de Média e de Alta Complexidade, assim compreendidos:

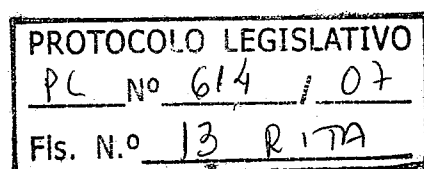
I – Média Complexidade: os serviços que oferecem atendimento, às famílias e indivíduos com direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, tais como:

- a) Orientação e Apoio Sociofamiliar;
- b) Plantão Social;
- c) Abordagem de Rua;
- d) Atendimento social a crianças, adolescentes e suas famílias, vítimas de violência sexual e trabalho infantil;
- e) Cuidado no Domicílio de pessoas idosas e com deficiência;
- f) Serviço de Habilitação e Reabilitação na Comunidade das Pessoas com Deficiência.

II – Alta Complexidade: os serviços que oferecem proteção integral de moradia, de alimentação, higienização, acolhimento, trabalho protegido, entre outros, para famílias e indivíduos que se encontram com seus direitos violados e com vínculos familiares e comunitários rompidos, necessitando acolhimento, nas seguintes modalidades:

- a) Atendimento Integral Institucional - abrigo;
- b) Casa Lar;
- c) Casa de Passagem;
- d) Albergue;
- e) Família Substituta;
- f) Família Acolhedora;
- g) Trabalho Protegido;
- h) República.

**Art. 23** A função de vigilância social da assistência social consiste no desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão para conhecer a presença das formas de riscos e vulnerabilidade social da população e dos territórios e seus agravos a fim de produzir e sistematizar informações quali-quantitativas voltadas à expansão, qualificação, alcance e cobertura da proteção social e para a organização e gestão do sistema público.



§1º A vigilância social é condição fundamental para organizar a proteção social no território e tem como funções a prevenção e a antecipação da ocorrência de riscos e vulnerabilidades sociais, permitindo monitorar e acompanhar a distribuição, no território, da população usuária de serviços, programas, projetos e benefícios.

§ 2º Os sistemas de registros de demandas e atendimentos e banco de dados de usuários de benefícios, programas de transferência de renda, dos serviços socioassistenciais, das organizações prestadoras desses serviços e as prospecções e diagnósticos, entre outros, são ferramentas da vigilância social.

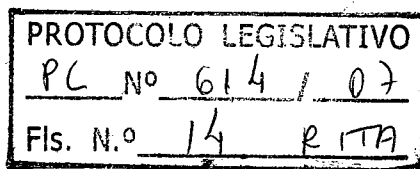
**Art. 24** A função de defesa social de direitos garante a universalidade e processualidade do acesso de usuários ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa, bem como o acesso do usuário às ações do campo socioassistencial e é parte ativa da proteção social na dinâmica do próprio desenvolvimento dos serviços, devendo ser efetivada por meio das ações de proteção social básica e especial.

**Art. 25** Para execução das ações da Política de Assistência Social do DF o SUAS contará, no âmbito do DF, com os seguintes equipamentos públicos, integrantes da estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho do Distrito Federal - SEDEST:

I – Centro de Referência da Assistência Social – CRAS: unidade pública estatal, responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica e pela organização da rede de serviços socioassistenciais locais, com base territorial localizada em áreas de vulnerabilidades sociais em Regiões Administrativas do Distrito Federal;

II – Centro de Orientação Socioeducativa – COSE: unidade pública estatal responsável pela coordenação e execução das atividades de natureza socioeducativa e de convivência geracional e intergeracional, de proteção social básica de assistência social, voltadas às famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social e violação de direitos, usuários dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho.

III – Centro de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS: unidade pública estatal de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias, regionalizados por determinado número de Região Administrativa do Distrito Federal, compreendidos como de Proteção Social Especial de Média Complexidade.



IV – Unidades de Alta Complexidade – UAC's: unidades públicas estatais, localizadas em áreas de vulnerabilidade social, que prestam serviços especializados e continuados, compreendidos como de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, para garantia de proteção integral a indivíduos e famílias que se encontram sem referência, com vínculos familiares rompidos ou em situação de ameaça, com acolhimento e abrigamento em caráter excepcional e temporário.

*Parágrafo Único.* A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho - SEDEST deverá contar, em sua estrutura organizacional, com unidades de direção regional das ações socioassistenciais, instaladas nas Regiões Administrativas do Distrito Federal com elevados índices de vulnerabilidade e risco social, visando à coordenação descentralizada e regionalizada das ações da Política de Assistência Social do Distrito Federal.

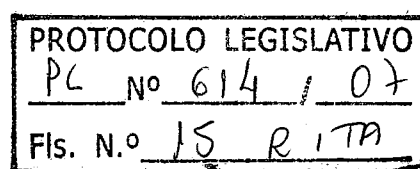
**Art. 26** É dever do Distrito Federal, como integrante do SUAS, assumir a gestão da Assistência Social em seu âmbito de ação, com responsabilidades básicas e de aprimoramento do Sistema, conforme previsto na Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS e regulações posteriores, que cumpridas, possibilitarão inclusive o acesso a incentivos específicos do gestor federal.

**Art. 27** A gestão da Política de Assistência Social do Distrito Federal e do Sistema Único de Assistência Social no Distrito Federal se dá por meio dos seguintes instrumentos: Plano de Assistência Social do Distrito Federal, orçamento, monitoramento, avaliação e gestão da informação e Relatório Anual de Gestão.

§ 1º O Plano de Assistência Social do Distrito Federal, elaborado pelo órgão gestor em consonância com o Plano Plurianual do Distrito Federal e aprovado pelo CAS/DF, é instrumento de planejamento estratégico, técnico e financeiro, que organiza, regula e norteia a execução da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social no Distrito Federal.

§ 2º A vigência e a elaboração do Plano de Assistência Social do Distrito Federal deverão ser coincidentes com o Plano Plurianual do Distrito Federal.

**Art. 28** O orçamento da Política de Assistência Social do Distrito Federal é previsto e executado por meio do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, que deverão considerar os níveis de complexidade das ações socioassistenciais, alocando-as como de proteção social básica ou de proteção social especial de média e/ou alta complexidade.



§ 1º O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual na Função Assistência Social, sendo os recursos destinados ao custeio de serviços, programas, projetos, atividades e benefícios governamentais e não governamentais alocados no Fundo de Assistência Social do Distrito Federal e os recursos destinados às atividades-meio alocados no orçamento do órgão gestor.

**Art. 29** A gestão da informação tem por objetivo produzir condições estruturais para as operações de gestão da política de assistência social e do SUAS e para as ações sistemáticas de monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais no Distrito Federal

**Art. 30** O Relatório Anual de Gestão, elaborado pelo órgão gestor da Política e do SUAS no âmbito do Distrito Federal, é instrumento de avaliação da execução das ações socioassistenciais definidas no Plano de Assistência Social do Distrito Federal, consolidado em um Plano de Ação Anual, e deverá conter demonstrativo da aplicação dos recursos em cada exercício anual.

*Parágrafo Único.* O Relatório Anual de Gestão deve ser obrigatoriamente referendado pelo Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – CAS/DF.

**Art. 31** A prestação de contas dos recursos federais repassados ao Distrito Federal para co-financiamento das ações socioassistenciais efetuar-se-á mediante:

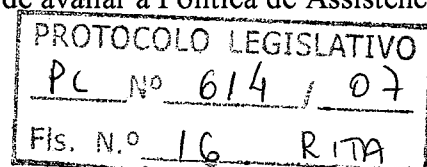
- I - emissão de parecer conclusivo do CAS/DF sobre a regularidade da aplicação dos recursos;
- II - apresentação pelo gestor do FAS/DF do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, no Sistema Nacional de Informações do SUAS – Rede SUAS.

**Art. 32** O SUAS no Distrito Federal possui instâncias de articulação, pactuação e deliberação.

§ 1º As instâncias de articulação são espaços de participação aberta, com função propositiva, constituídos por entidades e organizações governamentais e não-governamentais de assistência social no Distrito Federal.

§ 2º A instância de pactuação da gestão da assistência social do Distrito Federal é a Comissão Intergestora Tripartite – CIT, composta por representantes de todas as esferas de Governo e que representa espaço de negociação e pactuação dos aspectos operacionais da gestão do SUAS.

§ 3º As instâncias de deliberação da assistência social no Distrito Federal são o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – CAS/DF e as conferências de assistência social do Distrito Federal, que possuem a atribuição de avaliar a Política de Assistência Social



do Distrito Federal, propor diretrizes e prioridades para o aprimoramento do SUAS e operam o controle social da Política e do SUAS, conforme disposto no Art.13 desta Lei.

§ 4º O Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – CAS/DF tem suas competências definidas no seu regimento interno, devendo também cumprir com as atribuições a ele conferidas pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/ SUAS e regulações posteriores do Sistema.

**Art. 33** Entende-se por rede socioassistencial do SUAS no Distrito Federal, o conjunto integrado e articulado de ações de iniciativa pública e da sociedade, sob a coordenação do poder público, que ofertam e operam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais hierarquizados por proteção social e por níveis de complexidade.

**Art. 34** O disposto nesta Lei aplica-se também às entidades e organizações de assistência social da rede socioassistencial do Distrito Federal, para a oferta complementar de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito do Distrito Federal, que deverão adotar as medidas necessárias para adequação de seu funcionamento aos princípios e diretrizes do SUAS e suas regulações.

**Art. 35** O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho, procederá à regulamentação específica da organização e funcionamento dos equipamentos públicos destinados à execução das ações de assistência social, bem como da regulamentação sistemática da operacionalização do SUAS no âmbito do Distrito Federal.

**Art 36** O Poder Executivo adotará as medidas complementares para adequação do Distrito Federal ao disposto nesta Lei e aos demais dispositivos legais vigentes relativos ao SUAS.

**Art. 37** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 38** Revogam-se as disposições em contrário.

